

Capítulos da agroecologia postos em prática

Chapter of agroecology put into practice

Cláudia de Souza *

* Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável - Universidade de Brasília/ Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS - Brasília, DF – Brasil.

End. Eletrônico: sclaudias@gmail.com

Recebido em 30.07.2014

Aceito em 02.10.2014

RESENHA

SNIERDELE, PAULO ANDRÉ; ALMEIDA, LUCIANO DE; VEZZANI, FABIANE MACHADO (orgs.). **Agroecologia**: práticas, mercados e política para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013. 393 páginas. ISBN: 978-85-63806-16-1. Inclui bibliografias, figuras, fluxogramas, gráficos e tabelas. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2013/07/AGROECOLOGIA-praticas-mercados-e-politicas.pdf>. Acessado em 20/07/2014.

Essa coletânea enfoca diálogos, trabalhos e projetos desenvolvidos no Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Paraná (NEPEA/UFPR). Ela nos faz refletir sobre dinâmicas relacionadas a mercados e políticas públicas para a agroecologia, indo muito além dos discursos que geralmente marcam o debate no campo agroecológico. É acima de tudo uma excelente síntese sobre a Rede Ecovida de Agroecologia, que articula organizações de agricultores ecológicos na região Sul do Brasil e sobre os Sistemas Participativos de Garantia¹.

O livro aborda os aspectos listados pelos organizadores como os principais desafios atuais da agroecologia: inovações tecnológicas e organizacionais, estruturação de novos mercados que aproximem produtores e consumidores, e, por fim, regulamentações e políticas públicas que incentivam novos modelos de produção, distribuição e consumo.

Os organizadores da coletânea são professores de diferentes departamentos e programas da Universidade Federal do Paraná - Departamento de Economia Rural e Extensão, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento,

Departamento de Solos e Engenharia Agrícola e Programa de Pós-Graduação em Ciência do Solo (PGCISOLO).

A coletânea é dividida em três partes: “Agroecologia e o desenvolvimento rural sustentável”, “Mercados locais, circuitos curtos e novas relações produção-consumo” e “Agroecologia e certificação de produtos orgânicos”. Contém doze textos, incluindo a introdução e o prefácio. Os seus autores são doutores em sociologia, mas há também os que têm doutorado em ciência do solo, em meio ambiente e desenvolvimento, em antropologia, em agronomia, mestrandos, mestres e um biólogo que é agricultor ecológico.

Não é o meu intuito detalhar toda a coletânea. Eu me ateno a apenas alguns destaques, mas não por considerá-los os mais relevantes. De fato, cada capítulo é tão formidável que é difícil escolher os que devem ser abordados numa resenha curta.

Renato Maluf², no prefácio, diz que encontraremos na coletânea um rol de dados muito bem fundamentados em relação à agroecologia - “uma prática mas também teoria, normalmente argumentada holisticamente em princípios gerais”. Falar apenas de princípios não é o que pretendem os organizadores. Para falar de segurança alimentar e nutricional, em tempos de crise alimentar, econômica e ambiental, argumentam que é fundamental passarmos pela distribuição e pela apropriação dos alimentos, não só pela sua disponibilidade em qualidade e quantidade.

Argumentando sobre mercados, a coletânea inicia com um capítulo tão completo que o considero a síntese do livro. Os seus autores, Paulo Niederle e Luciano de Almeida, intitulam o capítulo “A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização”. Eles seguem na contramão do debate atual sobre a importância dos mercados globais, pois se preocupam com a não valorização do vínculo direto entre produtores e consumidores. Enfatizam a importância dos circuitos locais e do “consumo político que reconhece e valoriza a agricultura familiar e preocupa-se com a forma como o alimento foi produzido e seus valores intrínsecos” (pág. 248). Criticam a certificação e a artificialização dada pelos selos exigidos pelos mercados. Salientam que o atual e necessário “reencantamento pela comida” só se dará através de laços de solidariedade e reciprocidade como os que são trabalhados pela Rede Ecovida, muito enfatizada no livro. Para Rodrigues e Ferreira (2010) os laços de reciprocidade e solidariedade na Rede Ecovida “são privilegiadas sociabilidades integrativas e não competitivas, com base na noção de solidariedade, na construção de redes comunitárias que privilegiam os processos de companheirismo e boa convivência, na ideia de formação de um ambiente de respeito e reconhecimento mútuo”.

Paulo Petersen, no capítulo “Agroecologia e a superação do paradigma da modernização”, apresenta, a meu ver, mais uma de suas palestras sobre a superação do paradigma da modernização agrícola. É possível ao leitor vê-lo falar mais uma vez, em tom sério, convicto e cheio de argumentos, sobre o quanto este paradigma

retira das comunidades rurais o saber-fazer; estimula apenas ganhos econômicos; não proporciona a sustentabilidade ecológica dos agroecossistemas; cria desconexões com relação às inovações agrícolas; promove a desterritorialização, ruptura nos processos de constituição histórica dos sistemas agrícolas; gera múltiplos desencaixes entre a agricultura, a natureza e a sociedade. O autor defende a institucionalização da agroecologia política, de forma utilizar o “embasamento conceitual e metodológico para ser empregado no desenho de políticas públicas orientadas à promoção da sustentabilidade da agricultura e, em um escopo mais amplo, dos sistemas agroalimentares” (pág. 98).

Na segunda parte da coletânea, o capítulo de autoria de Claudia Schmitt e Cátia Grisa, “Agroecologia, mercados e políticas públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental”, resgata um outro processo histórico, o de construção da pauta da agroecologia no Brasil. As autoras, em um brilhante esforço de síntese, compactam uma história de décadas, sob vários pontos de vista, em densas e muito bem organizadas quarenta páginas. É um capítulo fundamental para todos que pretendem falar, trabalhar e entender os processos de construção da agroecologia, mas principalmente do que diz respeito às políticas da agricultura familiar e ecológica. Dividido em sete seções, o capítulo aborda potencialidades, limites e resultados das políticas públicas, destacando o olhar sobre o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e o Programa de Garantia de Preços Mínimos dos Produtos da Sociobiodiversidade - PGPM-Bio. As autoras, criticando também a modernização da agricultura, ressaltam que esses programas, ao irem na contramão desse paradigma, levam à “reconexão, refundação ou a co-produção da agricultura e do sistema agroalimentar com a natureza e com os processos ecológicos” (pág. 245). Mas as autoras salientam também as dificuldades da ampliação do público e da inter-relação com outros instrumentos de política pública para a agricultura familiar camponesa com enfoque agroecológico.

O debate contemporâneo sobre a crise socioambiental no consumo está no capítulo “O consumo politizado como resposta à crise socioambiental: As justificativas sociais da compra de produtos orgânicos em feiras-livres de Curitiba”, assinado por Patrícia Betti, Eduardo Feniman, Thaís Schneider e Paulo Niederle. Evocando Giddens, Illich e Beck, os autores nos lembram que as feiras são ambientes de sociabilidade entre consumidores, que ampliam os seus laços de reciprocidade e confiança com os produtores, reforçando e refletindo a ação dos produtores e os seus posicionamentos políticos em relação à temática socioambiental.

Na terceira parte da coletânea, Guilherme Radomsky inicia o capítulo “Certificações, sistemas participativos de garantia e agricultura ecológica: Aspectos das relações entre agricultores e consumidores” com uma excelente síntese sobre modelos de certificação. O texto é baseado em sua pesquisa, de caráter etnográfico, realizada no Oeste de Santa Catarina, entre os anos de 2007 e 2009. O capítulo é sucinto, escrito de forma coerente e com as conexões necessárias para o entendimento dos sistemas participativos de garantia - SPG para alimentos orgânicos ou

agroecológicos. Há uma interessante análise das economias alternativas e redes informais que envolvem selos, uma abordagem dos significados culturais, políticos e econômicos do alimento e das diferentes relações entre produtor-produtor e produtor-consumidor.

O capítulo de autoria de Nádia Velleda Caldas e Flávio Sacco dos Anjos, “Obstáculos à construção social da qualidade: O caso da tentativa de implantação de um SPG Andaluz”, aborda os procedimentos de certificação adotados na Andaluzia, Espanha. Elucida a implantação do SPG em um país onde a certificação de terceira parte, realizada pelo setor privado, de orgânicos e os subsídios para a produção agroecológica são muito antigos, usando dados levantados na tese de doutoramento da primeira autora, entre os anos de 2008 e 2011. A possibilidade de descortinar essas práticas na Europa definitivamente justifica a leitura deste capítulo que compara o SPG em diferentes países. Repleto de dados, tem também análises bastante coerentes.

No último capítulo, “Certificação na prática: A Rede Ecovida e os desafios da implementação de sistemas participativos de garantia”, escrito por Katya Isaguirre-Torres e por Marcelo Passos, tem o não tão fácil objetivo de expressar potenciais e limites da certificação participativa e compará-los com a racionalidade estatal. Isaguirre-Torres e Passos não fogem da linha dos outros capítulos e realizam resgates históricos, tanto com relação à criação da Rede Ecovida de Agroecologia, quanto buscando apontar as principais fragilidades do processo de certificação participativa no marco legal de orgânicos no Brasil. Devido ao seu conteúdo e à sua abordagem, esse deveria ter sido um dos primeiros capítulos do livro, quiçá o primeiro.

O livro está disponível *on-line* gratuitamente. Não se propõe a fazer um levantamento conceitual de grande monta. No entanto, os seus textos são recomendáveis para quem quer conhecer a história da agroecologia, dos desafios dos mercados e das redes, ou seja, do debate contemporâneo acerca do tema. Enfatizo que os textos focalizam apenas as práticas agroecológicas da experiência do Centro-sul brasileiro. É indicado para estudantes, pesquisadores e professores das áreas das ciências agrárias, ambientais e sociais, e aos interessados por conhecer ou dialogar com diferentes formas e olhares para as dinâmicas da agroecologia, de mercados e políticas, ou seja, do desenvolvimento rural com nova cara e roupagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

RODRIGUES, Almir Sandro; FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. **Agricultores ecológicos da Rede Ecovida:** processos de cooperação e reciprocidade. Ponencia presentada al VIII Congreso Latinoamericano de Sociologia Rural (ALASRU), Porto de Galinhas, 2010. Disponível em: <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/GT8-Almir-Sandro-Rodrigues.pdf>. Acesso em 04/08/2014

NOTAS

1 Os sistemas são um dos mecanismos de controle da garantia orgânica previstos no Marco Legal dos Orgânicos no Brasil. Esse mecanismo foi criado com base na experiência da própria Rede Ecovida.

2 Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), ex-presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)

